



**Prefeitura Municipal do Natal
Programa Natal do Futuro**

Componente Melhoria de Bairro



Plano de Participação Comunitária

Programa de Investimentos da Prefeitura do Natal e Banco Inter-americano de Desenvolvimento





PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA – UGP NATAL DO FUTURO

PROGRAMA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INCLUSÃO SOCIAL DE NATAL – NATAL DO FUTURO

PROJETO PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA - PPC

NATAL/RN



Outubro de 2006

Unidade de Gerenciamento do Programa – UGP Natal do Futuro

Francisco Maximiano Bezerra - Coordenador

Alexsandro Cardoso – Sec. Especial de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB)

Angela C. Oliveira – Sec. Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS)

Anizia M. F. Soares – Sec. Municipal de Educação (SME)

Carlos Alexandre Duarte – Sec. Municipal de Obras e Viação (SEMOV)

Glenda Dantas – Sec. Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEMPLA)

José Ivam Pinheiro – Agência Reguladora de Serviços de Saneamento Básico do Município.
(ARSBAN)

Juliano Varela - Sec. Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEMPLA)

Jucilene Silva - Sec. Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEMPLA)

Roberval Edson Pinheiro – Sec. Municipal de Saúde (SMS)

Sandra Freire Pequeno - Sec. Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEMPLA)

Walter Pedro da Silva – Sec. Municipal de Transporte e Trânsito Urbano (STTU)

Equipe Técnica

Juliano Varela – Sociólogo (SEMPLA)





ÍNDICE

<u>1.1. DO PROGRAMA.....</u>	<u>5</u>
<u>1.2. DO PROJETO.....</u>	<u>6</u>
<u>NOME: PROJETO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA - PPC.....</u>	<u>6</u>
<u>5.1. GERAL.....</u>	<u>24</u>
<u>9.1. RISCOS DE ÂMBITO INSTITUCIONAL.....</u>	<u>56</u>
<u>9.2. RISCOS RELACIONADOS À PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA.....</u>	<u>59</u>
<u>9.3. RISCOS À INTEGRIDADE DOS BENEFÍCIOS.....</u>	<u>60</u>

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. DO PROGRAMA

- NOME: Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Natal - Natal do Futuro
- ESTADO: Rio Grande do Norte
- MUNICÍPIO: Natal
- ENTIDADE PROPONENTE: Prefeitura Municipal do Natal
- SECRETARIAS RESPONSÁVEIS PELA EXECUÇÃO DO PROGRAMA: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEMPLA, Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS e Secretaria Municipal de Obras e Viação - SEMOV



- FONTE FINANCIADORA: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID
- VALOR TOTAL DO EMPRÉSTIMO: R\$ 157.640.000,00
- CONTRAPARTIDA DA PREFEITURA: R\$ 63.056.000,00
- NÚMERO DE DOMICÍLIOS BENEFICIADOS: 4.410
- NÚMERO DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS: 6.286
- POPULAÇÃO BENEFICIADA: 16.664
- PRAZO DE EXECUÇÃO: 48 meses

1.2. DO PROJETO

NOME: PROJETO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA - PPC

- RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ELABORAÇÃO DO PPTS: Sociólogo Juliano Varela de Oliveira (Chefe do Setor de Elaboração de Projetos da SEMPLA/PMN)
- VALOR TOTAL DO PPC: R\$ 527.440,00
- PRAZO DE EXECUÇÃO DO PPC: 24 meses



2. INTRODUÇÃO

Cada cidade está imersa numa gama diversificada de peculiaridades que caracterizam as condições de existência de sua população. No espaço intra-urbano, realidades são conformadas de acordo com o histórico de ocupação dos lugares ou comunidades. Cada bairro, ou cada localidade existente, é desenhado a partir das relações sociais, culturais, econômicas e institucionais estabelecidas, que conferem sentido e significado ao cotidiano de sua respectiva população.

Ao se levar em consideração esse contexto urbano, o papel do poder público torna-se primordial, principalmente diante de demandas surgidas na cidade oriundas de processos específicos de ocupação dos lugares. No caso de ocupações irregulares, a perspectiva de uma administração municipal passa a ser a de proporcionar mudanças que venham contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações que ocupam áreas ambientalmente inadequadas à habitabilidade humana. A esfera governamental responsabiliza-se, quando comprometida com bem-estar social dos munícipes, por uma intervenção capaz de viabilizar melhores condições de moradia e de convivência comunitária.

Para tanto, a realização de um trabalho coletivo em que todos os envolvidos sejam considerados parceiros é de fundamental importância para a consolidação de processos de transformação de determinados lugares. Nesse sentido, a participação da comunidade é um ponto que merece destaque. Mesmo tendo um histórico de pouca participação social, a população brasileira, quando de fato adere a dinâmicas democratizantes, alcança resultados mais efetivos, gerando legitimidade e satisfação coletiva. Além do que, no Brasil em particular, vive-se uma conjuntura política, já há alguns anos (desde a Constituição de 1988), em que a sociedade civil organizada é chamada a participar com mais frequência de processos de tomada de decisões.

Nesse sentido, quando uma intervenção numa dada comunidade gera grandes impactos na vida daqueles que nela vivem, faz-se necessária uma atuação em



várias frentes a fim de amenizar possíveis transtornos causados, tendo, a população local, que estar ciente de todo esse processo. Assim, ao tratar de comunidades em que co-existem variados e complexos problemas, é preciso que se considerem as questões sociais, econômicas e ambientais, no intuito de proporcionar melhorias mais amplas e mais consistentes.

Nesse sentido, uma intervenção na perspectiva de melhorar uma dada realidade urbana, onde se observam situações de carência e de deficiência no usufruto de infra-estrutura e na oferta de serviços públicos, requer a implementação de um trabalho social relacionado com uma proposta de intervenção que priorize ações democratizantes, conscientizadoras e preservacionistas.

Portanto, são importantes a sensibilização da população para participar das mudanças implementadas, viabilizando a constituição de parcerias; a tomada de consciência comunitária para se preservar o meio ambiente local; e o estímulo à geração de emprego e renda, bem como à manutenção e conservação das benfeitorias públicas implementadas. Esse conjunto de ações compõe, portanto, o escopo das melhorias urbanas capazes de mudar uma determinada realidade comunitária, em que o caos, muitas vezes, é uma situação real e corriqueira.

Salientamos, contudo, que há sempre a possibilidade de que tais situações urbanas caóticas sejam passíveis de serem superadas, principalmente se forem enfrentadas com um trabalho alicerçado numa profunda sensibilidade social e a partir de vontades políticas comprometidas com o bem público da cidade e o bem-estar comunitário.

É nessa perspectiva que o presente Projeto de Participação Comunitária (PPC) se estrutura. Elaborado por ocasião do Programa Integrado de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social de Natal (Natal do Futuro), este PPC prioriza três questões centrais: a integração interinstitucional entre as secretarias municipais da Prefeitura do Natal e demais órgãos vinculados à administração pública local; o conhecimento específico e aprofundado sobre a realidade da área de intervenção; e a execução participativa do Programa numa parceria entre poder público e sociedade civil organizada.



Em suma, pretende-se estabelecer, através do trabalho social proposto nesse Projeto, um vínculo político e institucional com as comunidades dos bairros Nossa Senhora da Apresentação e Lagoa Azul, área receptora dos benefícios a serem implantados através do Programa Natal do Futuro. Tal vínculo objetiva, acima de tudo, mudar uma situação que gera sofrimentos e prejuízos, bem como ensejar uma transformação no pensamento dos moradores quanto à melhoria e à conservação do seu próprio lugar de existência.

3. NATAL E SEU PROCESSO DE URBANIZAÇÃO: JUSTIFICANDO a ESCOLHA DA ÁREA DE INTERVENÇÃO

O início do processo de urbanização de Natal data da década de 1940, quando a cidade passou por um crescimento populacional vertiginoso por ocasião da instalação de militares brasileiros e norte-americanos durante a II Guerra Mundial. Esse acontecimento histórico teve um efeito transformador no ritmo de expansão urbana de Natal: redefiniu a ocupação do solo urbano a partir dos usos da cidade pelos militares; redesenhou a malha viária; incrementou o setor de serviços e o comércio; e intensificou a especulação imobiliária, originando a compartimentação da cidade em áreas elitizadas e periféricas.

Nesse sentido, a segregação sócio-espacial foi potenciada. Enquanto no eixo centro-sul, onde a implantação de infra-estrutura urbana se deu com maior vigor em função das atividades dos militares, os bairros de elite se multiplicavam; no eixo centro-oeste, os bairros populares se adensavam: Alecrim e Quintas foram rapidamente ocupados por trabalhadores braçais, pequenos comerciantes, empregadas domésticas e soldados das forças armadas, que habitavam construções geminadas, vilas ou pequenos loteamentos.

A década de 1960 marca o início da construção de conjuntos habitacionais voltados para uma população de baixa renda na Zona Oeste de Natal,



particularmente no bairro da Cidade da Esperança. A Política Habitacional de o Governo Militar brasileiro dá continuidade a um padrão segregador, quando, nos anos de 1970, a Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte (COHAB) e o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Rio Grande do Norte (INOCOOP) construíram milhares de unidades habitacionais em áreas com baixa valorização da terra, onde inexistia infra-estrutura urbana adequada.

A Zona Norte da cidade, área até então quase desabitada, foi escolhida nesse contexto para habitar, com maior intensidade, a população de baixa renda de Natal, transformando-se num reduto urbano periférico com profundas deficiências em infra-estrutura, serviços e equipamentos públicos voltados para a supressão das dificuldades diárias de seus moradores (como acessos viários, transportes, saúde pública, educação, trabalho, etc.), uma vez que essas condições não foram garantidas em sua totalidade juntamente com as moradias. Mesmo sendo atendida somente com uma infra-estrutura mínima (de água, energia elétrica e transporte coletivo), de 1970 a 1991, das 50.380 unidades habitacionais construídas em Natal pela COHAB e pelo INOCOOP, 22.671 foram construídas na Zona Norte, concentrando 45% das novas habitações da cidade, consolidando um padrão sul-rico e norte-pobre.

Essa realidade dos conjuntos habitacionais da Zona Norte foi agravada com a intensificação do uso desordenado do seu solo urbano por loteadores que passaram a parcelar as terras, criando loteamentos irregulares (sem registro no Cartório de Imóveis e/ou qualquer planejamento urbano prévio), dando continuidade à expansão de uma área deficiente. Como consequência, um amplo processo de fragmentação da terra urbana na Zona Norte se consolidou durante os anos de 1980 e 1990, caracterizando-a como detentora de baixos índices sociais e enormes problemas espaciais.

O modelo de construção habitacional via COHAB e INOCOOP perde força após 1986, deixando de existir uma Política Nacional de Habitação. Entretanto, o ritmo de



crescimento populacional e de moradias não parou. Isto resultou em um problema habitacional de grande vulto na cidade, em decorrência, sobretudo, da assunção de dois modelos básicos de adensamento residencial. O primeiro diz respeito aos investimentos privados do mercado imobiliário em edifícios verticalizados localizados em áreas elitizadas da cidade. E o segundo, realizado concomitantemente ao primeiro, relaciona-se com a ausência de financiamento público à população de baixa ou média renda para a aquisição de moradias, restando a estas a compra de lotes, na maioria dos casos irregulares ou clandestinos, nas Zonas Norte e Oeste, onde o valor da terra é consideravelmente inferior em relação às outras áreas da cidade.

Outros fatores agravaram esta situação. No outro extremo da capital potiguar, as Zonas Sul e Leste recebem vultosos investimentos privados, possuindo os melhores equipamentos voltados para o lazer e comércio, caracterizando-se em espaços propícios à oferta de emprego e à geração de renda para toda a cidade. Numa vertente similar, o turismo, atividade em expansão desde a década de 1980, produz uma nova fase de ocupação do solo urbano em Natal, marcado pela construção de flats, hotéis, pousadas, restaurantes e edifícios verticalizados de alto luxo na orla marítima. Com esses investimentos, o valor da terra nesses espaços eleva-se abissalmente, impossibilitando a aquisição de moradia pelas famílias de baixa e média renda. Para estas, como mencionado anteriormente, a opção da casa própria dá-se, sobretudo, pela compra ou autoconstrução de moradia nas áreas de loteamento.

A expansão da mancha urbana de Natal acontece, portanto, em direção à periferia, acarretando o esgarçamento espacial dos limites tradicionais, a pressão sobre áreas de proteção ambiental e a formação de favelas e de áreas subnormais.

A Tabela 3.1 demonstra o quadro do solo urbano em Natal, expondo que, dos loteamentos existentes na Zona Norte, 85,71% são irregulares, fazendo desta região



a mais complexa da cidade do ponto de vista da situação habitacional e da precariedade em infra-estrutura urbana.

Tabela 3.1: Natal: Loteamentos por Região Administrativa

Região	Regular %	Irregular %
Norte	14,29	85,71
Sul	64,34	35,36
Leste	59,22	40,78
Oeste	75,56	24,44

Fonte: Anuário Natal 2005 (SEMURB, 2006).

Uma outra questão importante quando se trata, numa dimensão macro, do processo de urbanização natalense, e numa dimensão micro, da constituição de loteamentos irregulares, é a pouca quantidade de área disponível para expansão da cidade. O município de Natal como um todo possui, aproximadamente, 170 km² de extensão territorial e dez Zonas de Proteção Ambiental (ZPA's), áreas impróprias para habitações ou quaisquer outros empreendimentos em decorrência de suas fragilidades ambientais, o que contribui para a falta de terrenos vazios para a construção de moradias ou equipamentos urbanos, tanto nos bairros periféricos, quanto nos centrais.

Dessa restrição de espaços vazios para expansão da mancha urbana de Natal resulta a sua densidade populacional, que, quando analisadas separadamente as regiões administrativas da cidade, poderá ser observado, conforme demonstra a Tabela 3.2, um quadro em que a Zona Leste apresenta bairros mais adensados.

Tabela 3.2: Natal: densidade populacional por Região Administrativa

REGIÃO	DENSIDADE (HAB/HA)
NORTE	42,43
SUL	39,01



LESTE	79,17
OESTE	57,21

Fonte: SEMURB, 2003.

As Zonas Oeste e Norte registram, respectivamente, o segundo e o terceiro maior índice de adensamento populacional, seguidas da Zona Sul, região administrativa com menor densidade demográfica. A situação das Zonas Norte e Oeste, nesse aspecto, acarreta um complicador à dotação de melhorias urbanas. Como a população não possui condições econômicas de custear e manter a instalação de infra-estrutura, o atendimento à população torna-se moroso, uma vez que se demanda um volume de recursos muito elevado. Ao contrário da Zona Leste, que apesar de ser a mais adensada, possui condições econômicas de manter a infra-estrutura implantada.

Mesmo mostrando a situação do adensamento populacional da cidade, a Tabela 3.2 esconde um quadro de altas densidades demográficas que podem ser percebidas na Tabela 3.3, onde são visualizadas as situações por bairro.

Tabela 3: Densidade demográfica por bairro em Natal

REGIÃO	BAIRROS	ÁREA (HA)	DENSIDADE (HAB/HA)
Norte	Lagoa Azul	1.043,06	48,33
	Pajuçara	776,43	54,26
	Potengi	824,31	68,25
	N. S. da Apresentação	1.026,40	55,07
	Redinha	786,86	14,62
	Igapó	215,73	125,30
	Salinas	839,03	1,05



	Lagoa Nova	766,16	46,43
	Nova Descoberta	156,67	79,66
	Candelária	779,8	23,96
Centro	Capim Macio	438,13	46,84
	Pitimbu	739,57	31,08
	Neópolis	408,47	53,96
	Ponta Negra	707,16	33,37
<hr/>			
	Santos Reis	161,07	42,34
	Rocas	66,1	159,23
	Ribeira	60,5	34,88
	Praia do Meio	48,93	85,69
	Cidade Alta	94,1	71,12
Leste	Petrópolis	77,63	65,76
	Areia Preta	30,57	86,75
	Mãe Luíza	96,93	165,67
	Alecrim	309,37	104,59
	Barro Vermelho	94,7	86,01
	Tirol	366,76	40,35
	Lagoa Seca	59,83	111,16
<hr/>			
	Quintas	212,47	140,02
	Nordeste	233,23	49,03
	Dix-Sept Rosado	111,37	144,93
	Bom Pastor	319,9	56,22
Oeste	N. Sra. de Nazaré	142,4	109,71
	Felipe Camarão	663,4	69,20
	Cidade da Esperança	182,9	110,63
	Cidade Nova	273,07	57,78
	Guarapes	778,42	10,81
	Planalto	501,71	28,53

Fonte: Anuário Natal 2005 (SEMURB, 2006).

Na Zona Norte, onde a densidade para toda a região é de pouco mais de 40 Hab/Ha, alguns bairros alcançam valores maiores, como Igapó (125,30), Potengi (68,25) e Nossa Senhora da Apresentação (55,07). Na Zona Oeste, bairros mais consolidados como Cidade da Esperança e Quintas alcançam mais de 100 Hab/Ha. Quanto mais próximos estão os bairros da área histórica de Natal, maiores são as densidades encontradas. Entretanto, isso não implica a inexistência de maiores



densidades nos bairros periféricos. Pelo processo de parcelamento irregular do solo urbano, quadras localizadas em bairros como Nossa Senhora da Apresentação podem alcançar até 200 Hab/Ha¹, como bem demonstra a Figura 3.1.

Figura 3.1: Densidades demográficas intra-bairro

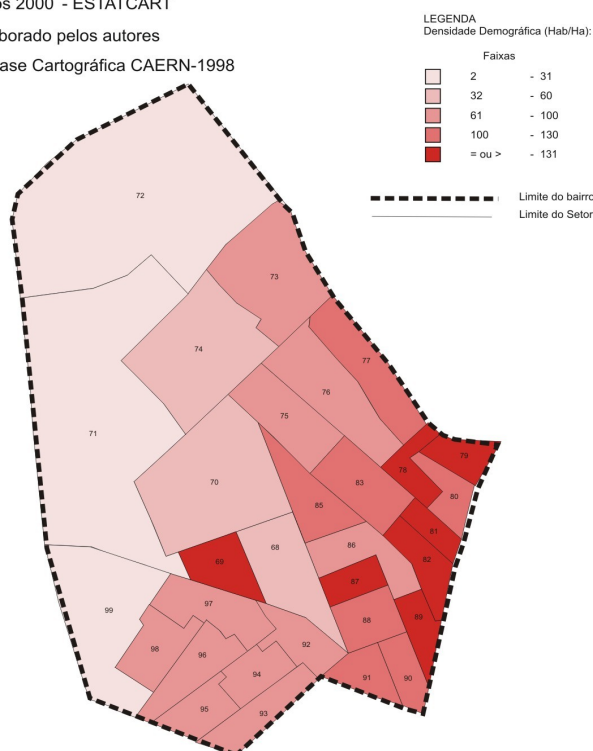
NATAL - Densidade Demográfica nos setores censitários no bairro de Nossa Senhora da Apresentação

Fonte: IBGE, Resultados do Universo do Censo Demográfico 2000 - Malha Setorial Digital dos

Municípios 2000 - ESTATCART

Nota: Elaborado pelos autores

Nota 2: Base Cartográfica CAERN-1998



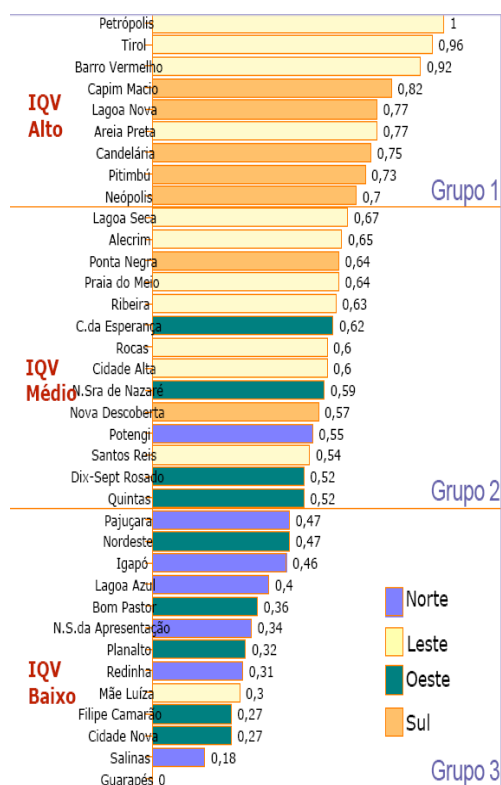
A qualidade de vida é outro ponto importante para se pensar à cidade. A Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças de Natal (SEMPPLA) publicou, em 2003, um documento intitulado “Mapeando a Qualidade de Vida em Natal”, que apresenta, por bairros, um Índice da Qualidade de Vida (IQV) com o cruzamento das variáveis de Renda, Educação e Qualidade Ambiental. Os bairros foram agrupados em três categorias (Baixo, Médio e Alto IQV) conforme seus

¹ Cf. SILVA, Aleksandro Ferreira Cardoso da. **Depois das Fronteiras**. Dissertação de Mestrado (DARQ/UFRN), 2003.



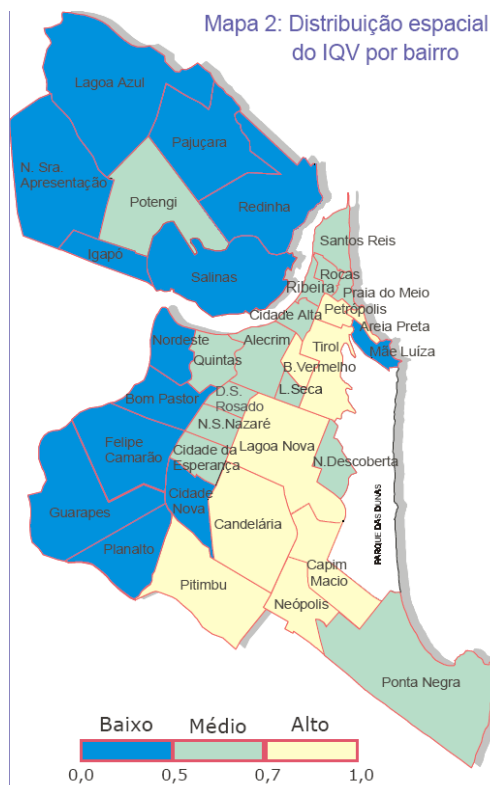
índices. Ao analisar esse estudo, percebe-se que os bairros com menores Índices de Qualidade de Vida (IQV's) localizam-se nas Zonas Norte e Oeste.

Figura 3.2: IQV em Natal por bairros



Fonte: SEMPLA, 2003.

Figura 3.3: IQV em Natal por bairros



Fonte: SEMPLA, 2003.

A partir das figuras, nota-se que as Zonas Norte e Oeste agrupam os bairros com menores IQV's, com exceção do Potengi, que possui um IQV de 0,55, situando-se na categoria média. Em contraposição, os bairros das Zonas Leste e Sul, há muito consolidados e ocupados por uma população de rendas alta e média, oscilam com IQV's que vão de médio a alto, excetuando Mãe Luiza, possuidor de um IQV baixo (0,3).

Numa análise sobre o aferimento do IQV, o cruzamento das variáveis que o conforma, sobretudo a ambiental, nos remete a uma reflexão sobre a existência de áreas subnormais em Natal. Segundo informações do Plano Estratégico Municipal



para Assentamentos Subnormais (PEMAS), identifica-se a existência de 65.122 pessoas morando em áreas de assentamento subnormal (PEMAS, 2001, p.11). Esse número representa 9,14% da população de Natal (CENSO, 2000). O número de habitações em áreas subnormais é de 14.458 moradias distribuídas em 66 comunidades. A maior ocorrência destas áreas dá-se nas Zonas Norte e Oeste, sendo que em termos de densidade populacional, a Zona Norte apresenta comunidades com alto grau de inadequação por adensamento.

Segundo o PEMAS (2001, p.31-39), a situação fundiária dessas comunidades apresenta um elemento em comum: a irregularidade jurídica da posse da terra. O Plano identifica a situação fundiária para 61 comunidades no município de Natal, dividindo-as pelos seguintes grupos:

- 1) 44% das comunidades subnormais estão situadas em **áreas de dunas ou de proteção ambiental;**
- 2) 26,4% em **áreas de mangue;**
- 3) 16,4% situam-se em **áreas de loteamentos irregulares ou clandestinos;**
- 4) 6,6% estão situadas em **áreas foreiras do município; e**
- 5) 6,6% em **áreas de invasão, para equipamentos urbanos, área verde ou intra-bairro.**

Nesse sentido, mais da metade das áreas subnormais localizam-se em espaços de fragilidade ou de proteção ambiental, o restante em áreas de loteamento ou invasões em áreas remanescentes dos conjuntos habitacionais. Em termos de acesso à infra-estrutura, o PEMAS demonstra que praticamente todas as comunidades subnormais, possuem, em média, acesso de 80% ao abastecimento de água e energia elétrica, no entanto, são extremamente carentes em equipamentos sociais, pavimentação, drenagem e saneamento.



Juntas, as Zonas Norte e Oeste concentram 62% das áreas subnormais da cidade, totalizando 41 loteamentos irregulares de Natal. Das 18 áreas subnormais da Zona Norte, 9 estão em Nossa Senhora da Apresentação e Lagoa Azul, bairros caracterizados por expressivas irregularidades no uso e ocupação do solo urbano, onde observa-se um quadro de precariedade nos níveis de habitabilidade, com problemas fundiários e de renda, aliados a uma infra-estrutura deficiente.

É na perspectiva de melhorar as condições dessas duas comunidades que o Programa Natal do Futuro, a partir da metodologia do componente *Melhoria de Bairro*, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), propõe um processo de intervenção com a dotação de infra-estrutura urbana, de equipamentos sociais e com a promoção da inclusão social e produtiva das referidas comunidades a partir de um trabalho social condizente com a valorização e fortalecimento da cidadania. Tudo isso num "desenho" social capaz de integrar todas as intervenções.

Contudo, é importante destacar que no cenário urbano de Natal vários bairros e comunidades mereceriam uma intervenção do tipo *Melhoria de Bairro*. Mas diante de um quadro de restrição orçamentária, é necessário um refinamento das escolhas de comunidades que demandam intervenções deste tipo. Assim, os critérios à escolha do bairro de Nossa Senhora da Apresentação e Lagoa Azul para a intervenção do Programa Natal do Futuro, a partir de seu componente *Melhoria de Bairro*, foram, basicamente, o tamanho da população a ser atendida, o alto índice de informalidade das habitações e do uso do solo, a possibilidade de um trabalho comunitário mais intenso e as preocupações com o bairro e o risco de acirramento das condições sócio-espaciais desfavoráveis.

Entretanto, a metodologia do componente *Melhoria de Bairro* demonstrou que a escolha ainda necessitava de um maior refinamento. O Nossa Senhora da Apresentação, além de ser o segundo maior bairro de Natal em território, é o mais populoso, com população, segundo o Censo 2000, de 56.514 habitantes (numa área de 1.026 Ha). O bairro também foi a área que mais cresceu na cidade nos últimos 20



anos. Tal crescimento explosivo ocorreu por meio de um parcelamento irregular do solo, por construções subnormais e precariedade urbanística.

Para o ano de 2005, a estimativa populacional do bairro Nossa Senhora da Apresentação era de 72.357 habitantes. Isto lhe conferiu uma taxa de crescimento anual na ordem de 5,06%. Ressalta-se que, em 1991, a população do bairro era de 12.982 habitantes. No período compreendido de 1991 a 2005, a taxa geométrica de crescimento anual do bairro foi de 13,06%. Em outras palavras, isto significa dizer que se continuar nesse ritmo de crescimento ao ano, em 2010, o bairro Nossa Senhora da Apresentação terá 133.667 habitantes, o que corresponde ao acréscimo de 84,7% da população em relação a 2005.

Dentro dessa totalidade do bairro, foi observado o elevado volume de investimentos que seria necessário para sanar todos os problemas existentes, investimentos esses muito superiores ao almejado pelo Programa. Nesse sentido, estabeleceu-se, metodologicamente, um outro nível de refinamento: o intra-bairro. Assim, foi realizada uma análise do bairro por Setores Censitários, buscando isolar quais seriam as áreas mais carentes, com maior densidade demográfica, maiores problemas ambientais e em situações de risco.

Desse recorte, destacaram-se três loteamentos irregulares: Aliança, Jardim Progresso e Jardim Primavera. No transcurso do tempo, dentro de cada um desses loteamentos ocorreram dezenas de subdivisões que desconfiguraram o parcelamento original (da década de 1970), comprometendo a qualidade urbanística da área. Tais loteamentos diferenciam-se do restante do bairro por possuir uma população correspondente a 40% do bairro, restrita em uma área de apenas 166 Ha.

Do ponto de vista ambiental, tais áreas apresentam graves problemas de drenagem natural devido sua ocupação ter sido feita em áreas de bacia. O resultado é a conformação de uma situação caótica no período de chuvas recorrentes, quando centenas de famílias são afetadas por alagamentos, pelo comprometimento de todo o acesso por entre as vias, obrigando-as a se desalojarem de suas próprias casas,



submetendo-as a precárias condições de vida e saúde, com perdas materiais e surgimento e proliferação de doenças de transmissão hídrica, como dengue, esquistossomose e hepatite.

Além dessas questões, um outro fator que complexifica a realidade das comunidades em evidência, diz respeito à segregação sócio-espacial. Entendida como um fenômeno que determina a ocupação do solo urbano de acordo com as condições econômicas das camadas sociais, a segregação sócio-espacial na área de intervenção é uma problemática vivida intensamente por sua população, sendo refletida nas deficiências de mobilidade e na carência de infra-estrutura e serviços urbanos. O efeito dessa situação é a conformação de tensões sociais e o desgaste dos moradores perante as dificuldades enfrentadas em seu dia-a-dia. Um outro aspecto considerado diz respeito à condição econômica dos moradores, em que o nível salarial destes é baixo. Muitas das famílias encontram-se limitadas por um rendimento médio mensal de 2,62 salários mínimos, assim como pelas más condições de moradia, lazer, educação e saúde.

Em suma, o componente *Melhoria de Bairro*, do Natal do Futuro, caracteriza-se por uma intervenção em áreas onde ocorre o cruzamento de problemáticas relacionadas a três questões fundamentais: *saneamento ambiental* (esgotamento sanitário, drenagem, coleta de lixo, etc.); *segregação sócio-espacial* (níveis de não-integração consolidados pela alta presença de informalidade urbana e desigualdade sócio-espacial); e *disfunções urbanas* (deficiência em habitabilidade, acessibilidade e conforto ambiental).

Assim, a área escolhida para as intervenções propostas pelo Programa corresponde a uma parte do bairro de Nossa Senhora da Apresentação definida por uma *poligonal*, limitando-se ao norte com a comunidade Jardim Progresso, ao sul com a Avenida das Fronteiras, a leste com a linha férrea (Natal-Ceará-Mirim-Natal) e a oeste com a Avenida Maranguape. Acredita-se, contudo, que a partir da metodologia adotada, tal área poderá potencializar os investimentos permitindo uma



futura adequação das áreas vizinhas, por meio da melhora relativa e de maiores investimentos do poder público em longo prazo. Deste modo, esta intervenção pública vem suprir deficiências, possibilitando a requalificação dessa área de interesse social, sua integração ao espaço urbano formal e a consolidação da sua cidadania.

Quanto ao bairro Lagoa Azul, este sofrerá uma intervenção pontual, em decorrência das ações desenvolvidas no Nossa Senhora da Apresentação. Sendo alvo, portanto, de um projeto específico com justificativa própria, constante em anexo a este PPC.

4. JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Diante do quadro caótico de crescimento urbano acelerado e sem planejamento, exposto ao longo deste documento, e de acordo com as diretrizes metodológicas do Programa Natal do Futuro, em seu componente *Melhoria de Bairro*, propõe-se, a partir de então, um Projeto de Participação Comunitária (PPC) a ser executado em parceria com as comunidades que serão beneficiadas pelas intervenções propostas.

Nesse sentido, ao optar, política e metodologicamente, pelas diretrizes do desenvolvimento sustentável, que agrega, num mesmo conjunto de ações, as questões institucionais, econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais, o Programa Natal do Futuro abre perspectivas mais abrangentes para o tratamento de determinadas problemáticas urbanas, em que predomina um padrão de sobrevivência precário e, por vezes, sub-humano.

Partindo desse pressuposto, um item torna-se essencial para o desenvolvimento das melhorias urbanas a que se propõe o Programa: a participação comunitária. O Brasil vem vivenciando um processo de democratização das ações públicas notadamente a partir da Constituição Federal de 1988, quando se



constitucionalizou a abertura de espaços, momentos e iniciativas democratizantes e fortalecedores da cidadania. A partir desse contexto, atualmente é possível observar programas e projetos governamentais que valorizam e requerem a participação efetiva do público-alvo beneficiado, não como uma mera estratégia de legitimação das ações de governo, mas como pressuposto fundamental para a consolidação de processos transformadores de realidades.

A sociedade brasileira, e em particular a potiguar/natalense, carecem de alternativas para solucionar o desgaste histórico estabelecido entre governantes e cidadãos, em decorrência do descaso e da corrupção do poder público. Da Constituição de 1988 até o momento, os cidadãos têm sido chamados a fazerem parte do governo, sendo convidados a deixarem de lado seus papéis coadjuvantes, para assumirem os de co-protagonistas. Nesse contexto, vários desafios são identificados, dentre eles o descrédito do “povo” em relação aos “políticos”. A população, de um modo geral, não acredita que os governantes serão capazes de melhorar suas condições de vida, gerando, assim, um entrave à participação.

Muito se têm debatido sobre a questão do *controle social*: a sociedade civil organizada assume um novo papel, o de fiscalizadora das ações públicas. As pessoas, e não mais somente os líderes governamentais, podem decidir sobre aquilo que diz respeito à sua vida em comunidade, à sua existência na cidade. Compartilhar decisões, alcançar consensos e cooperar pelo bem comum passam a ser máximas sociais na busca por uma vida e por uma cidade mais saudável.

É nessa perspectiva que o presente PPC se estrutura, justificando-se pela necessidade de incentivar a população das comunidades Aliança, Boa Sorte e Jardim Primavera, localizadas no bairro Nossa Senhora da Apresentação a participar efetivamente da execução dos projetos do Programa Natal do Futuro, para a otimização das ações e dos investimentos previstos, garantindo mecanismos eficazes à realização de uma plena gestão democrática da cidade e, em especial, de



seu lugar. Como desdobramento de tudo isso, pretende-se, portanto, a realização de um processo didático de prática e valorização da cidadania.

Assim, um trabalho social com vistas ao incentivo e à consolidação da participação comunitária, no âmbito do Programa Natal do Futuro, torna-se essencial, principalmente quando se pretende realizar processos que garantam a integração de organizações comunitárias existentes, o incentivo à construção de organismos de representação popular amplos, coletivos, transparentes e profícuos, bem como o desenvolvimento de uma programação contínua que venha estimular à capacidade política de liderança dos vários segmentos locais de representação popular e sensibilizar os moradores, em geral, para a importância das novas condições ambientais e urbanas proporcionadas pelo Programa.

Um trabalho social que prioriza o estímulo à participação comunitária é capaz de garantir a legitimidade e consolidação plena de um projeto de requalificação urbana e ambiental de um assentamento precário. Isto se dá pelo fato de ser este tipo de trabalho o responsável, por exemplo, pela conscientização de uma dada comunidade sobre a necessidade e a importância do uso adequado dos equipamentos sociais e serviços públicos oferecidos. Assim, este PPC pretende ser um instrumento incentivador à aglutinação de sinergias em processos que visem a integração, a cooperação e a democratização das ações governamentais juntamente com as ações da sociedade civil.

5. OBJETIVOS:

5.1. GERAL

Do Programa “Natal do Futuro” - Promover a redução das desigualdades sociais e desenvolver a urbanização e a melhoria ambiental, possibilitando o acesso da população a equipamentos e serviços públicos, infra-estrutura urbana e geração de emprego e renda, com vistas à inclusão social e produtiva e ao desenvolvimento sustentável das áreas de intervenção.



Do Projeto de Participação Comunitária (PPC) - Garantir a participação comunitária dos beneficiários do Programa Natal do Futuro, a partir da implementação de mecanismos de envolvimento dos moradores com a realização dos projetos executivos integrados, assegurando uma intervenção transparente e democrática que possibilite aos mesmos discutirem suas carências, demandas e anseios de tal forma, que as melhorias urbanas propostas, dentro das possibilidades técnicas e econômicas existentes, atendam às suas expectativas e prioridades.

5.2. ESPECÍFICOS

O Projeto de Participação Comunitária a ser executado na área de intervenção do Programa Natal do Futuro está embasado no diagnóstico sócio-econômico e organizacional das comunidades a serem beneficiadas, assim como no pressuposto de que os investimentos públicos, hoje, têm muito mais eficácia se forem implementados de acordo com as aspirações dos cidadãos e com sua participação.

É, portanto, na perspectiva de construir uma situação permanente de envolvimento, interação e cooperação entre os moradores das comunidades Aliança, Boa Sorte e Jardim Primavera, no processo de transformação da atual realidade urbana do bairro Nossa Senhora da Apresentação, que o presente Projeto objetiva, especificamente:

- Assegurar as condições de acompanhamento e participação das comunidades beneficiárias durante a execução dos projetos integrados, garantindo, especialmente, o acesso à informação;
- Fomentar a organização da população a partir (também) da constituição de grupos representativos de moradores, visando promover a gestão comunitária dos projetos executivos integrados e, numa dimensão mais ampla, uma maior conscientização da comunidade sobre a gestão democrática da cidade;



- Promover atividades de Educação Sanitária e Ambiental e de apoio à geração de trabalho e renda;
- Preparar a população local para as mudanças (física e psico-sócio-ambientais) decorrentes das intervenções que serão realizadas, visando minimizar transtornos e chamar a atenção de todos para as melhorias urbanas que serão realizadas;
- Capacitar lideranças locais sobre a importância da participação comunitária, do acompanhamento das obras e da conscientização sobre a seriedade das intervenções a serem realizadas;
- Estimular novos hábitos e atitudes da comunidade em sua relação com o meio ambiente considerando nesse contexto a utilização adequada e a manutenção dos benefícios a serem implantados por meio de um processo de educação sanitária e ambiental;
- Fomentar iniciativas de Desenvolvimento Social, visando à melhoria das condições de vida da população, mediante a capacitação profissional e o estabelecimento de parcerias institucionais para a geração de emprego e renda;
- Incentivar a produção cultural local, bem como sua divulgação;
- Estimular a prática desportiva dos moradores locais;
- Identificar os focos de problemas sociais relacionados, especialmente, à exploração sexual contra crianças e adolescentes e ao uso de drogas ilícitas entre os jovens, encaminhando-os aos órgãos públicos competentes;
- Incentivo à atuação dos grupos organizados já existentes na comunidade;
- Fomento à organização de grupos representativos por segmento etário, produtivo e de gênero: jovens, idosos, mulheres, artesãos, comerciantes, etc.



6. PREMISSAS METODOLÓGICAS DO TRABALHO SOCIAL

Em sua grande maioria localizadas nas periferias dos centros urbanos e atraídas pela busca de melhores oportunidades de vida na cidade, as populações residentes em assentamentos subnormais instalam-se de forma inadequada em áreas de fragilidade ambiental, conformando localidades sem condições saudáveis de habitabilidade humana. É o caso das comunidades Aliança, Boa Sorte e Jardim Primavera, área de intervenção do Programa Natal do Futuro onde será realizado o trabalho social sistematizado neste PPC.

Assim, como já explanado anteriormente, em virtude da ocupação não planejada do solo urbano, as populações dessas três comunidades passaram a integrar uma realidade de extrema carência de serviços e infra-estrutura, principalmente no que diz respeito às questões de drenagem e saneamento ambiental. São, portanto, áreas que necessitam de ações governamentais urgentes, capazes de superar as condições insalubres de sobrevivência de seus moradores e de viabilizar espaços de engajamento ativo de todos os atores sociais envolvidos num processo de melhoria da qualidade de vida local.

Conhecer essas realidades em profundidade torna-se um dos pontos mais importantes dentro de uma proposta de intervenção urbana que vise mitigar ou até mesmo superar os graves problemas que afligem a periferia das grandes cidades. Diagnósticos são tão importantes quanto o conhecimento específico dos projetos sobre as obras e as técnicas a serem, respectivamente, executadas e empregadas. Somente através do conhecimento *da* e *sobre a* comunidade é possível construir, conjuntamente, uma nova concepção sobre a importância do trabalho a ser realizado, bem como a preparação dos moradores para a utilização e conservação mais adequada dos benefícios implantados.

O trabalho social aqui previsto considera todas essas questões, dando ênfase, em especial, ao fortalecimento da cidadania através da participação comunitária. Ainda que as obras físicas de engenharia se constituam ações de primeira instância,



haja vista a realidade caótica de alagamentos e inundações das comunidades em questão, o processo participativo dos atores locais, sejam eles moradores, membros de ONG's, representantes de organizações comunitárias, entidades religiosas, etc., é de fundamental importância para que as ações correspondam, de fato, ao atendimento adequado das demandas da população local, bem como proporcione a co-responsabilidade futura no cuidado com a construção das obras e com a manutenção dos equipamentos e serviços implantados.

A partir desse âmbito, o trabalho social proposto neste PPC parte da premissa fundamental de que toda comunidade já é munida de potencial organizativo e mobilizador, tanto de instituições e lideranças comunitárias, quanto dos moradores em geral. Contudo, este potencial, por vezes, encontra-se em estado latente, precisando de certo estímulo à sua assunção. É preciso, portanto, o estabelecimento de um processo dinâmico definidor de atribuições e de co-responsabilidades com o intuito da construção coletiva de compromissos.

Assim, a participação comunitária que se pretende alcançar com este trabalho social constitui-se numa resultante de um esforço cooperativo da comunidade em conscientizar-se sobre seus problemas e organizar-se para encontrar, juntamente com o poder público, formas de resolver seus entraves e obstáculos. Realizar um trabalho nessa perspectiva significa propor e concretizar uma articulação constante entre a equipe social de profissionais responsáveis pelo referido trabalho, comunidade em geral e instituições parceiras, visando aglutinar sinergias, elencar demandas e prioridades, identificar objetivos e atingir metas em comum.

Assim, o presente PPC fundamenta-se num trabalho social a partir das seguintes linhas práticas:

- 1) Conhecimento das formas mais expressivas de organização comunitária;
- 2) Identificação e reconhecimento do potencial de organização da comunidade;



- 3) Garantia de envolvimento das lideranças comunitárias e dos representantes das organizações sociais existentes no local em todo o processo de implantação, gerenciamento e avaliação das melhorias urbanas previstas;
- 4) Compartilhamento das decisões sobre a execução dos projetos integrados;
- 5) Definição de diretrizes e realização de atividades que propiciem o exercício da cidadania, percebendo a comunidade como portadora de direitos e deveres;
- 6) Capacitação das lideranças com envolvimento direto no processo participativo.

Nessa perspectiva, um trabalho social integrado a uma proposta de intervenção física necessita de uma metodologia que prime sempre pela pactuação entre os cidadãos e entre estes e as instituições. É de extrema importância que haja a conquista da confiança entre todos os envolvidos no processo, tendo em vista o estabelecimento das bases harmônicas e sustentáveis das relações sociais e institucionais que serão arquitetadas. Assim, a confiança e a credibilidade são fundamentais, pois a comunidade espera respostas claras e exige ações compatíveis com a sua realidade e seus anseios. Este é, portanto, o principal alicerce à legitimidade dos processos de intervenção urbana.

Todavia, dentro de um contexto de heterogeneidade sócio-cultural, como o qual se observa em comunidades periféricas e caóticas do ponto de vista urbano-ambiental/físico-territorial, uma equipe social de profissionais envolvida num trabalho de intervenção urbana precisa estar imbuída de uma forte sensibilidade, capaz de qualificá-la a lidar com os conflitos e diferenças conformados em meio à dinâmica social e cotidiana do lugar. As peculiaridades locais têm que ser acompanhadas sem anulação ou discriminação de qualquer entidade/liderança, mas, ao mesmo tempo, sem permitir que as turbulências motivadas por outros interesses prejudiquem o andamento das atividades. *Equilíbrio* torna-se uma palavra-chave.



Por último, há que se destacar a importância de um trabalho integrado entre todos os profissionais envolvidos num projeto de intervenção urbana, como o qual propõe o Programa Natal do Futuro, razão de ser da presente proposta de trabalho social. Equipe social e equipe de engenharia e urbanismo precisam manter permanente e indispensável inter-relacionamento, estreitando relações e cooperando na realização de suas atividades específicas.

6.1. METODOLOGIA DO PROJETO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

O baixo padrão de vida e a luta cotidiana pela sobrevivência, componentes da realidade social dessas comunidades, acabam por direcionar os moradores a ações mais individualizadas, dificultando a construção de um trabalho coletivo que prima pela participação comunitária. Essa realidade deve ser considerada em qualquer projeto que tenha como objetivo o engajamento de comunidades em situação de exclusão social e pobreza no processo de organização e desenvolvimento da cidade, haja vista que para a concretização da cidadania é preciso que todos interajam numa dinâmica inclusiva, transparente, democrática e cidadã.

A dinâmica deste Projeto de Participação Comunitária (PPC) busca a satisfatória execução dos projetos executivos do Programa Natal do Futuro com a participação da comunidade em reuniões, oficinas temáticas, debates e fóruns de discussões, bem como uma efetiva elevação da capacidade representativa das lideranças locais. Concomitantemente a esta dinâmica, serão realizadas, junto aos moradores, atividades voltadas à educação sanitária e ambiental e à dinamização da economia local.

Assim, o presente PPC prevê atividades de acordo com quatro segmentos metodológicos: 1) do Estímulo à Participação; 2) da Capacitação da População; 3) da Educação Sanitária e Ambiental; e 4) da Sensibilização da População para a Superação do Desemprego e Geração de Trabalho e Renda; e 5) do Acompanhamento e Avaliação do Trabalho Social.



6.1.1. Segmento do Estímulo à Participação (ESP)

Vários são os fatores que podem explicar a realidade da fragmentada e inconstante participação comunitária e do comprometimento mínimo com a proposta de melhoria das condições de vida em comunidades vulnerabilizadas. Dentre os fatores, destacam-se: descrédito popular em relação aos representantes governamentais; precariedade das condições econômicas (desemprego); incipiente grau associativo; ausência de perspectiva para uma melhoria da qualidade de vida; fragilidade e/ou rompimento dos vínculos relacionais e de pertencimento entre as famílias residentes; ausência de práticas de participação popular incentivadas pelo poder público; entre outros.

Visando minimizar estes aspectos e potencializar ao máximo o trabalho social a ser desenvolvido, será formada uma Equipe Social composta por profissionais das áreas de Serviço Social, Sociologia, Pedagogia, Psicologia, Arquitetura e Engenharia Civil. Tal Equipe terá como responsabilidade deflagrar um processo amplo e qualificado tecnicamente na comunidade, considerando todas as características que conformam a realidade na qual irão atuar.

O trabalho da referida Equipe Social será subsidiado por momentos de capacitação (nivelamento do conhecimento e trocas de informações com a Equipe de Engenharia) e por toda uma infra-estrutura disponibilizada num Escritório Social de Campo (ESC), situado na área de intervenção, com funcionamento durante todo o dia (em regime de *Plantão Social*), e no qual será instalado todo um aparato de informação e intercâmbio capaz de proporcionar elevado grau de integração entre as equipes técnicas (social e de engenharia) e a comunidade.

O espaço do ESC estará disponível também para informar à comunidade, de forma transparente, sobre as alternativas técnicas a serem adotadas, os dados sobre a realidade sócio-econômica do local e os cronogramas de trabalho a serem desenvolvidos. Haverá um técnico social a disposição das lideranças locais para a troca de opiniões, encaminhamento de demandas ou reclamações e



esclarecimentos sobre a implementação dos serviços. Contar-se-á também com equipes de mobilizadores sociais e estagiários de áreas afins ao trabalho.

Uma vez que o trabalho social se propõe a oportunizar espaços e momentos à participação comunitária, e diante de uma situação de pouco interesse popular por esta participação, torna-se necessário estimular os moradores a se engajarem no processo de melhoria urbana e requalificação ambiental da comunidade. Nesse sentido, este PPC prevê a constituição de um Comitê de Moradores de Rua (CMR) composto por dois representantes de cada rua da área de intervenção (poligonal), visando elevar o grau de participação comunitária, possibilitar o entendimento sobre as conseqüências e importância dos projetos a serem executados e alcançar um satisfatório nível de sensibilização dos moradores, no que tange às condições ambientais atuais e à responsabilidade da população no estabelecimento de novos paradigmas para a preservação ambiental e retomada do desenvolvimento local.

Em consonância com essa proposta do CMR, um outro grupo será constituído: é o Grupo Local de Participação Comunitária (GLPC). De abrangência maior, este grupo contará com a representação de todos os segmentos sociais organizados do bairro Nossa Senhora da Apresentação, incluindo entidades representativas de moradores, entidades de representação do segmento produtivo e dos serviços, grupos de mães, de idosos e de jovens, entidades culturais e religiosas, além de ONG's e instituições públicas atuantes no bairro. Numa dinâmica de agregação de forças, os membros do CMR também participarão do GLPC, como representantes diretos dos moradores das ruas da área de intervenção. Alguns segmentos sem tradição organizativa também serão sensibilizados e incentivados a se organizarem e a participarem do processo.

O processo para composição final dos dois grupos representativos se dará de maneira diferenciada, de acordo com o propósito de cada um deles. O CMR está circunscrito à área de intervenção do Programa (comunidades Aliança, Boa Sorte e Jardim Primavera) e será constituído a partir de ampla mobilização dos moradores das ruas com informações prévias sobre o processo de composição do Comitê,



depois de bem caracterizado o arruamento local e identificadas as vias mais bem definidas, com as quais as famílias residentes possam ser associadas.

Primeiro se realizam as eleições em cada rua, através de Assembléias nas quais serão apresentados aos presentes os objetivos da reunião, os principais aspectos (técnicos e metodológicos) do Programa Natal do Futuro, as ações de melhoria da comunidade a serem implantadas, seus projetos correspondentes e o processo de trabalho social, visando uma efetiva participação da população na identificação dos problemas e na indicação de suas expectativas em relação à solução dos mesmos. Os candidatos se alistarão voluntariamente durante a Assembléia, dando-se em seguida a eleição por maioria simples.

No caso do GLPC, organização mais abrangente, será realizado um levantamento das entidades, instituições e grupos organizados existentes no bairro Nossa Senhora da Apresentação com o intuito de convidá-los para participar, num primeiro momento, **Oficina Preparatória para Eleição dos Membros do GLPC** que versará em seu conteúdo sobre noções de cidadania, organização comunitária, liderança, qualidade de vida urbana, conservação de bens e equipamentos públicos, entre outros temas que poderão surgir no transcorrer do trabalho, e que serão aprofundados em capacitações posteriores à formação definitiva do GLPC e do CMR. Esse processo permitirá a ampliação da informação, da percepção sobre a realidade local e das condições de influência no atendimento às demandas da comunidade.

As organizações a terem seus representantes capacitados serão:

- 1) Conselhos comunitários;
- 2) Associações de moradores;
- 3) Organizações não governamentais atuantes na área de intervenção;
- 4) Entidades religiosas que desenvolvam trabalhos sociais na comunidade;
- 5) Clubes de mães, de mulheres, de idosos e de jovens;



- 6) Grupos culturais;
- 7) Entidades do setor produtivo e dos serviços, entre outros.

Esse processo inicial de capacitação servirá como identificação preliminar dos interessados em atuar de maneira contínua no acompanhamento do Programa Natal do Futuro, e isto será clarividenciado a todos os participantes. Num momento ulterior, a partir do cadastro das organizações participantes, serão realizadas entrevistas/reuniões com seus representantes para diagnosticar aqueles que se empenharão efetivamente no processo, sensibilizá-los para a importância da formação do GLPC, discutir a criação do grupo e indicar os membros que se responsabilizarão em representar a organização de maneira perene, interativa e democrática com os demais integrantes. Os representantes do GLPC deverão ser formalizados como tais na **Assembléia de Formalização e Apresentação ao Público dos Membros do GLPC**.

Pretende-se, com isto, elevar a capacidade representativa das lideranças locais, a partir de um processo participativo de sensibilização e qualificação que, respeitando o ritmo de internalização de novos valores e práticas comunitárias, as conduza para uma atuação voltada à defesa dos interesses e ao atendimento das demandas da população local como um todo. Para tanto, é imprescindível o estímulo à participação sistemática e democrática dos diversos segmentos sociais que integram a comunidade, de modo a obter o maior rendimento possível dos investimentos a serem realizados, zelando pela manutenção das obras e equipamentos implantados.

Nesse sentido, é importante destacar que esses dois grupos constituem peças fundamentais na deflagração dos processos de mobilização comunitária, de melhoria da capacidade organizativa da comunidade, de educação sanitária e ambiental, mediante um trabalho permanente de formação de lideranças, destacando qualidades e procedimentos adequados ao desempenho da função de líder, sintonizada com os anseios da população residente.



Assim, este PPC sublinha a importância de se estimular o desenvolvimento de ações em rede a partir da articulação das organizações já existentes na área de intervenção, bem como da formação de novos grupos, no sentido de mobilizar e agregar o maior número de moradores possível, possibilitando a ampliação da base organizativa e da cooperação mútua. Nessa perspectiva, a criação de outros grupos também será estimulada. É o caso da organização de eventos e grupos por segmento etário e de gênero, como jovens, idosos, mulheres, etc. Entende-se, portanto, que a pluralidade e a diversidade de organizações sociais são um fator de fortalecimento da cidadania e pré-requisito do trabalho social aqui proposto.

A mobilização comunitária torna-se, portanto, primordial. No trabalho social aqui previsto será realizada através de visitas domiciliares, contatos institucionais, ligações telefônicas, internet, panfletagens, campanhas sócio-educativas, divulgações em carros de som, cartazes, publicação e distribuição gratuita de informativos impressos periódicos, reuniões com diretores de escolas, de postos de saúde e de hospitais da comunidade, entre outras formas que surgirem no decorrer do trabalho. Tal esforço objetiva utilizar todos os mecanismos de comunicação entre o Programa e a comunidade, pois entende que a comunicação é pré-requisito fundamental à mobilização comunitária com vistas à participação dos moradores locais nas ações do trabalho social desenvolvido.

Para além dessa articulação local entre os moradores, este PPC prevê também uma articulação de parcerias com instituições que trabalham direta ou indiretamente questões relacionadas à educação sanitária e ambiental (como Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte-IDEMA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal-SEMURB) e à geração de emprego e renda (como Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas-SEBRAE, Sistema Nacional de Empregos-SINE e Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Natal-SEMTAS). Tal articulação será feita através de contatos, reuniões e execução de projetos integrados.



6.1.2. Segmento da Capacitação da População (CAP)

Este segmento objetiva realizar duas ações básicas: a primeira é a disponibilização para a comunidade das informações concernentes a execução de todos os projetos integrados do Programa Natal do Futuro; a segunda é a obtenção de uma maior qualificação dos grupos de representação locais, através da promoção da capacitação de seus representantes.

O conhecimento detalhado da população sobre a realidade local, primeira ação do presente segmento, será algo a ser perseguido pela Equipe Social, a partir da disponibilização, no ESC, de todas as caracterizações, estudos e diagnósticos do bairro realizados. Além das informações acessíveis a qualquer morador ou liderança no ESC, serão realizadas, em espaços localizados dentro da área de intervenção, Quatro Oficinas para Apresentação e Discussão dos Projetos Executivos do Programa Natal do Futuro. As Oficinas serão:

Oficina I: Apresentação e discussão dos projetos executivos de engenharia e arquitetura.

Objetivo: Democratizar o acesso à informação sobre os projetos de engenharia e arquitetura a serem realizados na área de intervenção do Programa Natal do Futuro, possibilitando um espaço de discussão e sugestão aos moradores locais.

Público-alvo: Técnicos municipais, representantes institucionais parceiros, líderes comunitários e moradores em geral.

Temas a serem abordados: de acordo com os projetos de drenagem, saneamento, pavimentação, mobilidade urbana, iluminação pública e equipamentos sociais.



Oficina II: Apresentação e discussão do Projeto de Participação Comunitária.

Objetivo: Democratizar o acesso à informação sobre o trabalho social a ser desenvolvido na área de intervenção do Programa Natal do Futuro, possibilitando um espaço de discussão e sugestão aos moradores locais.

Público-alvo: Técnicos municipais, representantes institucionais parceiros, líderes comunitários e moradores em geral.

Temas a serem abordados: participação comunitária, liderança, parcerias, educação sanitária e ambiental e geração de trabalho e renda.

Oficina III: Apresentação e discussão do Plano de Regularização Fundiária.

Objetivo: Democratizar o acesso à informação sobre os procedimentos de regularização e legalização fundiária a ser desenvolvido na área de intervenção do Programa Natal do Futuro, possibilitando um espaço de discussão e sugestão aos moradores locais.

Público-alvo: Técnicos municipais, representantes institucionais parceiros, líderes comunitários e moradores em geral.

Temas a serem abordados: regularização e legalização da posse da terra.

Oficina IV: Apresentação e discussão do Plano de Reassentamento.

Objetivo: Democratizar o acesso à informação sobre os procedimentos do reassentamento das famílias a serem afetadas pelas obras de drenagem (Lagoa do Soledade / Lagoa José Sarney) no bairro Lagoa Azul.



Público-alvo: Técnicos municipais, representantes institucionais parceiros, líderes comunitários e moradores em geral afetados pelas obras de drenagem (Lagoa do Soledade / Lagoa José Sarney) no bairro Lagoa Azul.

Temas a serem abordados: realidade urbana em assentamentos subnormais, reassentamento, etc.

A Oficina III entrará no escopo do trabalho social por ocasião do processo de regularização fundiária previsto pelo Programa Natal do Futuro. Grande parte dos moradores não possui legalmente a posse dos terrenos onde estão assentadas as moradias, por isso a necessidade de um trabalho específico sobre este tema. Num volume em separado a este PPC, consta o Plano de Regularização Fundiária, referência para a Equipe Social que também trabalhará com estas questões.

A Oficina IV justifica-se pela necessidade de reassentamento (Plano de Reassentamento num volume em separado) das famílias que serão afetadas pelas obras de drenagem do Programa. Apesar de estarem localizadas no bairro Lagoa Azul, ou seja, fora da área de intervenção (poligonal), estas famílias, em função dos transtornos causados durante o período de obras e dos desdobramentos causados pela afetação de suas casas, necessitam ser acompanhadas no intuito de serem informadas sobre quais procedimentos serão tomados em função da construção do canal que ligará a Lagoa do Soledade, que receberá águas pluviais oriundas da área de intervenção (das Lagoas do Jardim Primavera e do Loteamento Aliança) à Lagoa José Sarney. Será uma Oficina específica e circunscrita aos moradores das ruas: dos Lírios, Riacho e Centro da Lagoa.

As Oficinas I, II e III serão realizadas em cada uma das comunidades que compõem a área de intervenção do Programa, no intuito de informar o maior número possível de moradores sobre as intervenções e melhorias propostas. Assim, serão realizados seis momentos junto às comunidades beneficiárias, priorizando a realização em locais de fácil acesso para todos.



Para complementar esse processo de construção e enriquecimento dos projetos executivos junto à comunidade, será realizada uma **Oficina de Demandas da População**, reunindo em um único ambiente os membros do GLPC e do CMR que, pela vivência e conhecimento dos problemas locais, possuem condições de dar contribuições efetivas à radiografia da realidade local, a partir, exclusivamente, do ponto de vista dos moradores do bairro.

Como conclusão dessa primeira ação do Segmento da Capacitação da População, e numa proposta de consolidar atuações pró-ativas e de elaborar um planejamento estratégico com a comunidade, será realizada uma **Oficina de Estruturação do Desenvolvimento Local**, com o objetivo de elaborar um **Quadro Prospectivo** e um **Plano de Ação** capaz de subsidiar, a partir de propostas das lideranças locais, o desenvolvimento do bairro.

Neste sentido, em cada reunião, seja do GLPC, do CMR ou com os moradores em geral, além das discussões específicas sobre o andamento dos trabalhos e outros temas em pauta, serão desenvolvidos procedimentos de condução que visam elevar a percepção das lideranças sobre a importância do diálogo e do debate, objetivando a resolução negociada de demandas e demonstrando a necessidade de que os resultados sejam transmitidos aos seus grupos ou entidades, formando multiplicadores, de modo que os temas tratados alcancem os diversos segmentos da população.

A capacitação dos representantes dos grupos locais, segunda e última ação do presente segmento, oportunizará a qualificação específica das lideranças comunitárias, com foco no papel do líder, na importância da organização da comunidade, no papel das entidades representativas dos moradores, no fortalecimento institucional dos grupos organizados locais e associações de representação setorial, na importância da participação popular na elaboração e execução de planos e projetos para o bairro e no esclarecimento sobre os benefícios



que a parceria comunidade/poder público pode proporcionar à aplicação adequada de investimentos e à otimização de recursos.

Para isso, será realizada um **Curso de Capacitação em Liderança Comunitária**, aprofundando/consolidando o processo inicial de formação dos grupos, dos componentes do GLPC e do CMR com 20 (vinte) horas de duração, distribuídas em 4 (quatro) **Módulos de Capacitação em Liderança**, com o objetivo de:

1) Assessorar as lideranças locais com vistas à articulação das organizações comunitárias existentes, capacitando-as a representar os interesses dos moradores e a formular e sustentar ações coletivas voltadas à melhoria da qualidade de vida da comunidade;

2) Capacitar as lideranças para elevar o desempenho de seu papel de representatividade e de interlocução junto à comunidade, aos órgãos públicos e demais entidades e atores da sociedade civil; e

3) Possibilitar a apropriação por parte das lideranças de novos conceitos, atitudes e habilidades no tocante a processos de interação grupal, comunicação, processos formais da organização representativa, abordagem e mobilização da comunidade e instrumentos de gestão e planejamento participativo, com ênfase na democratização das relações e na responsabilidade social.

A formação e capacitação de lideranças facilitam o processo de mobilização da comunidade. Assim, o conteúdo do Curso estará disposto da seguinte forma:

Módulo I: A sensibilização de lideranças e a importância da participação comunitária.

Objetivo: Sensibilizar as lideranças locais para a importância da participação comunitária no processo de interlocução com o poder público e de mobilização dos moradores em geral na co-gestão do Programa Natal do Futuro.



Público-alvo: Técnicos municipais, membros do GLPC e CMR e lideranças em geral.

Temas a serem abordados: Liderança, participação comunitária, motivação, comunicação, planejamento, etc.

Módulo II: Liderança: conceitos, papéis e legitimidade.

Objetivo: Discutir conceitos relacionados à liderança, ao papel do líder frente à realidade de sua comunidade e de que forma esses agentes alcançam a legitimidade de suas ações.

Público-alvo: Técnicos municipais, membros do GLPC e CMR e lideranças em geral.

Temas a serem abordados: Comunidade, democracia, poder associativo, cooperação, autoridade, influência, articulação, legitimidade do líder, construindo equipes/aliança estratégica, etc.

Módulo III: Desenvolvimento sustentável e liderança: a importância da participação social em comunidades urbanas subnormais.

Objetivo: Discutir o processo de participação social durante a implementação de projetos de melhorias urbanas e requalificação ambiental de áreas urbanas subnormais, baseado nos princípios da sustentabilidade.

Público-alvo: Técnicos municipais, membros do GLPC e CMR e lideranças em geral.



Temas a serem abordados: Desenvolvimento sustentável, novas formas de participação, parceria poder público/comunidade, compromisso com a preservação, elaboração e negociação de projetos comunitários, etc.

Módulo IV: Organização comunitária associada à cidadania: relacionando poder associativo, realidade local e legalidade das organizações.

Objetivo: Debater a relação existente entre organização comunitária e cidadania, frisando a importância do poder associativo para a superação dos problemas comunitários e da legalização das organizações como mais uma forma de legitimidade.

Público-alvo: Técnicos municipais, membros do GLPC e CMR e lideranças em geral.

Temas a serem abordados: Cidadania, contexto histórico, cultural, econômica e social da comunidade, processos e instrumento de legalização: estatutos, regimentos e regulamentos, etc.

Ao término da realização das duas principais ações do Segmento de Capacitação da População, as lideranças e a comunidade em geral estarão mais qualificadas a intervirem no processo de execução dos projetos integrados do Programa Natal do Futuro, se co-responsabilizando pelo mesmo e interagindo com mais conhecimento.

6.1.3. Segmento da Educação Sanitária e Ambiental (ESAM)

Em função das melhorias em infra-estrutura urbana previstas para as comunidades Aliança, Boa Sorte e Jardim Primavera, área de intervenção do Programa Natal do Futuro, bem como dos problemas de drenagem da área na qual a comunidade está localizada, revela-se imprescindível a necessidade de mudança nas relações da população com o meio ambiente. O objetivo maior a ser alcançado é a transformação cultural dos atuais hábitos e práticas dos moradores.



O aspecto ambiental será tratado desde o início da implantação do Natal do Futuro. A partir do “primeiro contato”, junto aos moradores e lideranças, a questão ambiental será apresentada como motivo de grande preocupação. Deixar-se-á claro, portanto, que a consolidação do território do bairro Nossa Senhora da Apresentação como *habitat* seguro e adequado à permanência de sua população, em condições dignas e sustentáveis de sobrevivência, passa pela conscientização dos moradores de que o meio ambiente precisa ser preservado. E não somente isso. É preciso destacar ainda que a população precisa conscientizar-se da importância das obras que serão implantadas e que estas carecem de conservação e cuidado para que possam continuar sendo uma infra-estrutura adequada a uma boa qualidade de vida.

Nesse sentido, a este segmento prevê-se atividades de comunicação, interação e envolvimento com os moradores da área de intervenção, no intuito de viabilizar fontes de conhecimento para o estabelecimento de novas formas de relação do homem com a natureza, num processo de (re)educação sanitária e ambiental, tendo como contexto as seguintes ações: implantação do sistema de drenagem e esgotamento sanitário; ampliação e urbanização das lagoas de captação de águas pluviais; coleta e tratamento de lixo; e oferta e garantia de áreas verdes urbanizadas, adequadas ao usufruto da população local.

Para a realização de tais atividades, será realizada ampla mobilização entre o GLPC, CMR, moradores locais e lideranças comunitárias em geral. Tal mobilização será feita por meio de visitas domiciliares, distribuição de material informativo e cartazes educativos, campanhas e atividades sistemáticas desenvolvidas junto a instituições específicas como escolas, postos de saúde e associações de moradores, garantindo a realização do trabalho em rede. Para o bom desempenho das atividades, a equipe social promoverá capacitações específicas com seus membros e responsáveis e acompanhará as atividades desenvolvidas.

Assim, pretende-se dar início as atividades deste segmento já com a oficina ***Apresentação e discussão dos projetos executivos de engenharia e arquitetura***, do Segmento da Capacitação da População, onde, a partir da



apresentação dos projetos de infra-estrutura, serão discutidas melhores formas de se tratar o meio ambiente.

Como desdobramento dessa oficina, será realizada uma **Capacitação em Educação Sanitária e Ambiental**, prevista para acontecer em uma seqüência de dois módulos, com 8 horas de duração cada, sendo o primeiro orientado para membros do GLPC e do CMR, com um enfoque mais direcionado aos aspectos institucionais de como as organizações atuantes nas comunidades podem contribuir com esse processo, quais as parcerias que poderão ser constituídas, que contribuições poderão ser dadas por cada uma delas, e que eventos/atividades poderão ser realizados. E o segundo módulo direcionado aos moradores em geral, já com a contribuição dos membros do GLPC e do CMR, explorando mais detalhadamente as questões de consciência, convivência e utilização do território e dos sistemas e equipamentos instalados.

Os módulos serão executados de acordo com a seguinte formatação:

Módulo I: Organização comunitária e educação sanitária e ambiental

Objetivo: Sensibilizar os grupos organizados da comunidade e as lideranças em geral para a importância da preservação ambiental, do uso adequado do solo urbano e da conservação dos sistemas e equipamentos públicos que serão implantados.

Público-alvo: Técnicos municipais, membros do GLPC e do CMR e lideranças em geral.

Temas que podem ser abordados: Formação de comunidades subnormais; uso desordenado do solo urbano; meio ambiente e ocupação urbana; poluição do solo e dos recursos hídricos; valor da água como bem finito; procedimentos para proteger o meio ambiente (sistema de esgoto, coleta e tratamento do lixo, legislação, etc.); bem público: preservação e manutenção; recursos legais para proteger o meio ambiente em Natal; crimes ambientais e penalidades;



tecnologias caseiras para preservação e recuperação ambiental; sistema de esgoto a ser adotado e os cuidados com o lixo, higiene pessoal, doméstica e comunitária; benefícios que podem ser alcançados com as mudanças na relação homem-natureza; como as organizações comunitárias podem contribuir para a preservação ambiental?

Módulo II: A comunidade e a educação sanitária e ambiental

Objetivo: Sensibilizar os moradores locais para a importância da preservação ambiental, do uso adequado do solo urbano e da conservação dos sistemas e equipamentos públicos que serão implantados.

Público-alvo: Moradores locais em geral

Temas que podem ser abordados: Formação de comunidades subnormais; uso desordenado do solo urbano; meio ambiente e ocupação urbana; poluição do solo e dos recursos hídricos; valor da água como bem finito; procedimentos para proteger o meio ambiente (sistema de esgoto, coleta e tratamento do lixo, legislação, etc.); bem público: preservação e manutenção; recursos legais para proteger o meio ambiente em Natal; crimes ambientais e penalidades; tecnologias caseiras para preservação e recuperação ambiental; sistema de esgoto a ser adotado e os cuidados com o lixo, higiene pessoal, doméstica e comunitária; benefícios que podem ser alcançados com as mudanças na relação homem-natureza; como as organizações comunitárias podem contribuir para a preservação ambiental?

Como desdobramento da capacitação, será construído um planejamento participativo com o intuito de identificar as consequências dos principais problemas ambientais das comunidades, aos olhos de seus moradores, as prioridades de ação e as estratégias de ação, como parte do escopo metodológico do processo de



educação sanitária e ambiental. Isso será consolidado num **Plano de Ação de Educação Sanitária e Ambiental**.

O conteúdo ministrado nos módulos da Capacitação em Educação Sanitária e Ambiental será utilizado como norte para todas as outras atividades propostas, detalhadas no Quadro de Detalhamento das Atividades (QDA). Para incrementá-las do ponto de vista pedagógico, serão realizados exercícios e iniciativas baseados na **arte-educação** (como peças teatrais, encenações de rua, literatura de cordel, mamulengos, etc.), trabalhada como fonte de aprendizado e de interlocução com a comunidade para a discussão sobre o tema da proteção ambiental, da saúde pública, da cidadania e dos hábitos cotidianos de higiene (individual, doméstica e comunitária).

É notório, portanto, que este segmento abre vastas possibilidades de interlocução com a comunidade, haja vista tratar de temas que dizem respeito, diretamente, à qualidade de vida dos moradores. Nesse sentido, o trabalho ainda prevê o aproveitamento de espaços vazios na área de intervenção para o plantio de árvores frutíferas e plantas nativas. Esse trabalho de reflorestamento será realizado com as escolas públicas da área no intuito de conscientizar as crianças e adolescentes para a importância da preservação ambiental.

Pretende-se, então, combater o uso irracional e irresponsável do meio ambiente, através de um processo de mudança de concepção e mentalidade no tocante ao relacionamento que os moradores locais têm com a natureza. Esta questão estará sempre presente em todos os contatos e reuniões com as lideranças locais e a população em geral.

Para a realização do presente segmento, alguns parceiros serão importantes, como a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal (SEMURB), a Companhia de Serviços Urbanos de Natal (URBANA), Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do RN (IDEMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), entre outros.



6.1.4. Segmento da Sensibilização da População para a Superação do Desemprego e à Geração de Trabalho e Renda (GTR)

A partir da pesquisa censitária realizada no bairro Nossa Senhora da Apresentação, observou-se a situação atual e as potencialidades econômicas locais, complementando as informações colhidas em fontes de dados secundários. Baseado nesses diagnósticos, este segmento prevê a realização de uma oficina que irá subsidiar as atividades subseqüentes. É a **Oficina de Dinamização da Economia Local**, cujo objetivo é identificar as potencialidades e fragilidades relativas ao desenvolvimento local, elaborando propostas para atividades econômicas, tipos de negócios e medidas institucionais necessárias ao restabelecimento da capacidade dos setores produtivos existentes na comunidade.

Essa primeira oficina será realizada junto às organizações de representação dos setores produtivos locais, GLPC e CMR que, planejando com participação, detalharão um conjunto de ações voltadas à geração de trabalho e renda. Assim, a oficina deverá ter como resultado um **Plano de Ação de Dinamização da Economia Local** que oriente a execução de atividades e futuros processos de capacitação, à luz da realidade local, buscando a inclusão social daqueles que se encontram fora do mercado de trabalho.

A partir do diagnóstico sócio-econômico do bairro e do referido Plano de Ação, a equipe social organizará atividades em duas frentes de trabalho: a primeira voltada para a qualificação profissional e a segunda ao apoio à criação de unidades de produção cooperadas e estimuladoras da Economia Solidária.

No que tange à qualificação profissional, deverá ser realizado um acompanhamento dos moradores identificados como analfabetos ou semi-analfabetos para o encaminhamento a turmas de Educação de Jovens e Adultos existentes na rede pública de ensino. As crianças e adolescentes fora da sala de aula também serão acompanhados com vistas a (re)inserção na escola. Para tanto, será deflagrada uma ampla interlocução com as instituições de ensino existentes no



bairro, com o intuito de integrar e reintegrar os interessados no circuito formal de educação, destacando a importância do processo educativo para a inserção no mercado de trabalho e melhoria da renda familiar.

Prevêm-se ainda oficinas de sensibilização para o aprendizado, palestras temáticas e cursos de qualificação profissional em módulos. As oficinas, voltadas em maior medida para o GLPC e CMR, congregação de multiplicadores, terão como objetivo conscientizar as lideranças locais para a importância dos processos educativos formais e da qualificação profissional para a (re)inserção no mercado de trabalho. As palestras versarão sobre assuntos recorrentes ao mundo do trabalho, como relações trabalhistas, segurança no trabalho, cooperativismo, legalidade, etc, e estarão direcionadas às organizações de representação dos setores produtivos locais, ao GLPC e CMR. Os cursos, etapa final desse processo de interlocução direta para conscientização comunitária e abertos para toda a comunidade, estarão dispostos de acordo com as potencialidades da comunidade, sistematizadas no diagnóstico sócio-econômico e na Oficina de Dinamização da Economia Local.

Tanto as oficinas, quanto as palestras e os cursos serão realizados de acordo com as atividades produtivas desenvolvidas no bairro. Assim, será considerado em primeira instância o comércio (50,88%), atividade empresarial predominante, seguido dos serviços (35,97%) e da indústria (7,70%). As micro empresas terão prioridade, haja vista serem as mais encontradas, correspondendo a 96,73% das empresas existentes no bairro (SEMURB, 2005).

No que se refere à segunda frente de trabalho, apoio à criação de unidades de produção cooperadas, será realizada uma articulação entre os setores produtivos com o objetivo de constituir uma **Associação dos Setores Produtivos e Autônomos do Bairro Nossa Senhora da Apresentação**. Essa Associação será constituída para fortalecer a economia local a partir de princípios cooperativos, com capacitações específicas, treinamentos e iniciativas que valorizem o potencial empreendedor do bairro e busque, juntamente com o poder público municipal e demais parceiros, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas



Empresas (SEBRAE/RN) e o Sistema Nacional de Empregos (SINE), uma efetiva inclusão social e produtiva, de modo a (re)inserir a população local no mercado de trabalho formal.

Esse processo de organização do setor produtivo local é mais uma iniciativa de estímulo à participação comunitária que, juntamente com o GLPC, CMR e poder público municipal, impingirão uma dinâmica ousada e inovadora de cooperação interinstitucional. Com essa agregação de forças, este PPC prevê a constituição de um **Conselho de Desenvolvimento Local (CDL)**. Com esta entidade de caráter consultivo, o bairro Nossa Senhora da Apresentação terá uma instituição articuladora capaz de estabelecer uma interlocução entre os setores econômicos, órgãos governamentais e agências de fomento técnico e de financiamento, visando estimular e incrementar iniciativas empreendedoras, assim como obter recursos financeiros e humanos ao desenvolvimento local.

6.1.5. Segmento do Acompanhamento e da Avaliação do Trabalho Social (ATS)

O trabalho social deste Projeto de Participação Comunitária será gerenciado pela Unidade de Gerência do Programa Natal do Futuro (UGP) e executado por uma Equipe Social, formada por profissionais da área social, com experiência comprovada em trabalhos dessa natureza e perfil adequado ao exercício das funções exigidas, conforme já mencionado anteriormente. Para auxiliar nesse processo, será contratada Consultoria Especializada, que se responsabilizará por orientações norteadoras do trabalho social, sempre na perspectiva de qualificar, adequadamente, dentro dos objetivos do Programa e do trabalho social, os profissionais envolvidos no processo.

Durante todo o desenvolvimento do PPC, a UGP, enquanto gestora do Projeto, acompanhará toda a execução das atividades e realização dos eventos previstos, inclusive participando das ações de campo e integrando-se ao cotidiano do trabalho, de modo a se apropriar do processo em sua totalidade, atuando como facilitadora do



trabalho. Para tanto, será imprescindível o registro sistemático e contínuo de todas as atividades e ações, através de técnicas, estratégias e instrumentos compatíveis com a proposta metodológica deste PPC.

Assim, o acompanhamento das atividades do trabalho social deverá ser realizado em duas instâncias paralelas e complementares:

1) Num primeiro plano, serão realizadas reuniões institucionais, com a participação dos órgãos responsáveis pela implementação do Programa e a Equipe Social, através das quais serão avaliados os resultados obtidos e se as indicações do Termo de Referência foram cumpridas;

2) Num segundo, a Equipe Social manterá um processo de interação permanente com as lideranças populares, reunidas em torno do GLPC e do CMR, promovendo avaliações ao fim de cada evento realizado e mediante discussão das atividades desenvolvidas nos períodos entre uma e outra reunião ordinária desses grupos, de modo a identificar falhas ou demandas não atendidas e absorver novas sugestões para a condução dos trabalhos.

De um outro lado, será necessário também um acompanhamento das obras físicas. Para tanto, será criada uma **Comissão de Acompanhamento das Obras (CAOBRA)**, composta por 6 membros, sendo 3 do GLPC e 3 do CMR, com o objetivo de acompanhar, juntamente com os técnicos das Equipes Social e de Engenharia, a implementação de toda a infra-estrutura prevista para as comunidades. Terá como tarefa inicial elaborar, também em conjunto com as equipes técnicas do Programa, um **Plano de Ação para o Acompanhamento das Obras**, norte de sua atuação. A escolha dos representantes se dará por maioria simples no âmbito interno dos próprios grupos locais, cabendo a estes, sob a assessoria da Equipe Social, a responsabilidade pela votação.

A avaliação do trabalho social será processual, priorizando uma dinâmica contínua, que permita o monitoramento e a atualização do planejamento e os



redirecionamentos necessários. A avaliação qualitativa deverá ser incorporada ao sistema de monitoramento do Projeto, garantindo a melhoria permanente na execução do mesmo. Deste modo, será elaborada uma Análise Qualitativa baseada na percepção dos moradores, dos técnicos sociais responsáveis pela execução do PPC e dos técnicos municipais da Prefeitura envolvidos no Programa, ao final de cada ano de realização do trabalho social.

Nesse sentido, as técnicas e os instrumentos utilizados para o acompanhamento e avaliação do trabalho social serão:

1) Reuniões Técnicas e Institucionais a cada 02 meses, com a participação dos órgãos responsáveis pela implementação do Programa, técnicos das diversas secretarias envolvidos com a execução do PPC, UGP, Equipe Social, consultoria especializada, e, se necessário, técnicos das instituições que estiverem executando alguma atividade do Projeto em regime de parceria, através das quais serão avaliadas as etapas realizadas, metas cumpridas, abordagens utilizadas e se os objetivos propostos estão sendo alcançados.

2) Reuniões Mensais da Equipe Social e Consultoria Especializada para monitoramento, avaliação, supervisão e assessoramento técnico;

3) Reuniões Quinzenais da Equipe Social com o GLPC e CMR, lideranças e moradores interessados no acompanhamento, monitoramento e avaliação.

4) Observação Direta e Indireta da realidade física e social, realizada trimestralmente por integrantes da Equipe Social e da Engenharia junto com as lideranças que, coletivamente, construirão um roteiro contendo os pontos básicos determinados pelo Programa e outros que ficarão em aberto para a manifestação espontânea dos beneficiários. Embora esse processo avaliativo aconteça cotidianamente, delimitar-se-á um tempo/espço para sua formalização;

5) Oficinas de Monitoramento e Avaliação a serem realizadas com todos os envolvidos no PPC, sobre a implantação do Projeto e intervenções realizadas;



6) Audiências Públicas com toda a população para discussão de questões referentes à regularização e legalização fundiária;

7) Seminários Anuais de Avaliação das Ações do Programa Natal do Futuro com o objetivo de abarcar as mais diversificadas avaliações sobre o desenvolvimento do Programa.

Como instrumentos, estão previstos:

1) Registro Fotográfico e Filmagem da maioria das atividades realizadas, principalmente em momentos distintos e específicos que traduzam a evolução das mudanças. Constituir-se-ão num acervo histórico de imagens da área, retratando o antes, o durante e o depois das intervenções;

2) Lista de Presença em todas as atividades, para avaliação do grau de mobilização e participação quantitativa da comunidade;

3) Ficha de Cadastro Familiar, contendo os dados básicos e resumo situacional, inclusive quanto aos benefícios recebidos, inserção nos projetos e participação em eventos/grupos sociais. Terá como ponto de partida dados elementares da pesquisa censitária, sendo alimentada posteriormente pela equipe do trabalho social;

4) Ficha de Atenção Social, visando o registro do atendimento aos moradores no ESC, onde se arquivarão as questões suscitadas pelos moradores, as orientações dadas e os encaminhamentos tomados;

5) Diário de Campo, que servirá para o registro diário das ações de todos os envolvidos no trabalho social;

6) Memória/Relatório de Reunião para registro dos assuntos discutidos e respectivos encaminhamentos, bem como documentação que irá também subsidiar os relatórios técnicos e as avaliações qualitativas;



7) Relatórios Mensais de Acompanhamento e Avaliação, elaborados a partir dos dados constantes do diário de campo, listas de presença e memórias/relatórios de reuniões/atividades;

8) Relatórios Trimestrais de Acompanhamento e Avaliação, consolidado pela Equipe Social, a partir dos relatórios mensais, com uma análise qualitativa que permita avaliar o processo como um todo;

9) Arquivo Geral dos Registros do Trabalho Social, centralizando todas as informações sobre as atividades do trabalho social realizadas e registradas (relatórios, atas, fotos, projetos complementares, material informativo, etc.).

7. RESULTADOS ESPERADOS

Esperam-se, com o trabalho social proposto nesse PPC, os seguintes resultados:

- 1) Melhoria da qualidade de vida da população local;
- 2) Fortalecimento das organizações e lideranças comunitárias locais;
- 3) Lideranças mais preparadas para o desempenho de seus papéis;
- 4) Ampliação do grau de consciência, participação e organização comunitária;
- 5) População bem informada sobre os benefícios do Programa;
- 6) Diminuição dos riscos físicos e sociais existentes na área;
- 7) Elevado grau de satisfação e cuidado da população em relação ao ambiente que vive;
- 8) Redução do índice de analfabetismo;
- 9) Mão-de-obra local mais qualificada;



- 10) Maior percentual da população inserida no mercado de trabalho ou com alguma atividade geradora de renda;
- 11) Maior envolvimento da comunidade em atividades associativas e produtivas;
- 12) Adoção de novos hábitos de higiene pessoal, doméstica e comunitária;
- 13) Maior acesso à cidadania, lazer, cultura, saúde e educação;
- 14) Equipamentos comunitários valorizados e preservados pela comunidade;
- 15) Realocação adequada e satisfatória das famílias moradoras das Ruas Centro da Lagoa e do Riacho, local onde será construído o canal de drenagem da Lagoa do Soledade/Lagoa José Sarney, conforme o Plano de Reassentamento em anexo;
- 16) Tratamento da questão da regularização fundiária, conforme Projeto de Regularização Fundiária em anexo;
- 17) Envolvimento da comunidade no acompanhamento das obras.

8. SUSTENTABILIDADE DO PROJETO

A sustentabilidade deste PPC será viabilizada mediante a implementação de três linhas básicas de ação, ao mesmo tempo, específicas e complementares. Tais linhas de ação podem ser apresentadas, sumariamente, da seguinte forma:

- 1) Profundo conhecimento sobre a realidade local, abrangendo os antecedentes históricos, o desenvolvimento sócio-econômico da comunidade e situação atual, além do grau de participação comunitária, associativismo e predisposição à parceria;
- 2) Promoção de amplo processo de mobilização e envolvimento da população local nas tomadas de decisões, conhecimento dos projetos propostos e comprometimento na criação e manutenção de uma estrutura participativa, ao mesmo tempo, democrática, ágil, integrada, de caráter permanente e com visão focada no desenvolvimento sustentável da comunidade;



- 3) Comprometimento do Poder Público em proporcionar os recursos necessários para a efetiva implantação das infra-estruturas demandadas para a promoção de empreendimentos.

A primeira destas linhas de ação já foi concluída por ocasião da realização de diagnósticos preliminares baseados em dados secundários e da pesquisa censitária sobre as condições urbanas de moradia e situação sócio-econômica das famílias residentes. Neste aspecto, o que se apresenta como providência a ser tomada é a focalização mais detalhada sobre segmentos específicos da população, visando sua inclusão concreta nas diversas linhas de capacitação, qualificação e apoio material para o desenvolvimento de produtos e/ou para alterar situações de entrave ao desenvolvimento, como baixa escolaridade e situações extremas de exclusão social.

Quanto à segunda, o trabalho já iniciado subsidiará as ações essenciais para sua concretização, realizando reuniões com agrupamentos sociais locais, instalando e mantendo em funcionamento o Grupo Local de Participação Comunitária e o Comitê de Moradores de Rua, tendo em vista a implementação de um processo de desenvolvimento local integrado e sustentável a médio e longo prazo.

A terceira e última linha básica de ação para a sustentabilidade do trabalho social proposto neste PPC vem sendo empreendida desde o início do processo de implementação do Programa Natal do Futuro, uma vez que este se caracteriza num esforço do poder público municipal em conseguir recursos em prol da comunidade do bairro Nossa Senhora da Apresentação, Zona Norte de Natal. A perspectiva é a do cumprimento do compromisso público da administração local com os cidadãos natalenses, assim como da co-responsabilização entre poder público e sociedade civil organizada na manutenção e conservação das benfeitorias implementadas.

Assim, fica demonstrada a efetiva sustentabilidade dos investimentos em infra-estrutura e melhorias dos serviços públicos operados por concessionárias, cujo ônus sobre a renda familiar só poderá ser absorvida com a efetiva melhoria de renda da população local. Para que o processo iniciado se concretize plenamente, será



necessário instalar na área profissionais bem preparados, afinados com a proposta de sustentação econômica e social da população beneficiada, com apoio logístico-institucional adequado e articulada pela ampla rede de parceiros identificada neste PPC.

9. RISCOS PREVISTOS E MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA SUA REDUÇÃO

9.1. RISCOS DE ÂMBITO INSTITUCIONAL

Riscos previstos	Medidas necessárias
1) Falta de prática, conhecimento dos normativos dos Programas e/ou desarticulação das instituições da Administração Pública	<ul style="list-style-type: none">▪ Divulgação no âmbito da Administração Municipal, dos normativos dos Programas e dos Projetos Executivos e responsáveis pela sua gestão;▪ Nivelamento das informações técnicas,



<p>Municipal (Secretarias, Autarquias e Fundações) envolvidas;</p> <p>2) Pouca experiência da Prefeitura de Natal em trabalhar de forma integrada e intersetorial.</p>	<p>normativas e operacionais dentre todos os envolvidos com o Programa, a partir do início imediato da execução do mesmo;</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Apoio institucional para efetiva articulação da coordenação do Programa com as secretarias municipais envolvidas e Instituições parceiras;▪ Implementação e fortalecimento da Unidade de Gerência do Programa/Projeto como coordenadora e articuladora do processo e da Equipe Social.
<p>3) Inadequação do perfil dos técnicos envolvidos, principalmente os da área social e do dimensionamento da Equipe.</p>	<ul style="list-style-type: none">▪ Recrutamento e capacitação dos técnicos da UGP e da Equipe Social de acordo com as reais necessidades e exigências do Programa;▪ Dimensionamento da Equipe Técnica tendo em vista a complexidade da intervenção e da população a ser atendida e a diversidade de situações a serem resolvidas;▪ Composição de uma Equipe Social com no mínimo oito técnicos sociais com dedicação exclusiva, sendo dois(as) Assistentes Sociais, dois(as) Sociólogos(as), dois(as) Técnicos(as) Ambientais, dois(as) Pedagogos(as) e dois(as) Psicólogos(as). Nesta Equipe deverá estar inserido o Responsável Técnico pelo Projeto, que também poderá ser o coordenador da equipe e gestor das atividades e um Supervisor do



	<p>Trabalho de Campo. A equipe de campo deverá ainda ser complementada com um grupo de apoio constituído por um(a) Auxiliar Administrativo, um(a) Auxiliar de Serviços Gerais, um(a) Motorista e cinco Mobilizadores(as) Sociais. Estes deverão ter, preferencialmente, alguma experiência em atividades comunitárias ou em programas similares, e deverão ser da própria comunidade, como forma de incentivo, reconhecimento dos valores locais, geração de trabalho e renda direta pelo próprio Projeto e pelas condições de inserção para mobilização dos beneficiários;</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Contratação de Consultoria Especializada nesse tipo de Programa/Projeto, preferencialmente com conhecimento/experiência em Programas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para capacitação, assessoramento e acompanhamento da Equipe Social, pelo tempo de execução deste PPC.
4) Interrupção ou arrefecimento da intervenção.	<ul style="list-style-type: none">▪ Manutenção do trabalho da Equipe Social em campo, mesmo nos casos de interrupção das obras ou suspensão de contrato com a construtora. Nestes casos, será responsabilidade da UGP (re)adequar as metas do trabalho social (se for o caso) e manter a articulação com organismos representativos da comunidade e com as



instituições parceiras responsáveis pelas atividades específicas.

9.2. RISCOS RELACIONADOS À PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Riscos previstos	Medidas necessárias
1) Baixo índice de participação e de organização da população, agravado pela atuação inadequada de lideranças locais ainda não conscientes de seu verdadeiro papel.	<ul style="list-style-type: none">▪ Criação de grupos locais de organização comunitária, a serem constituídos por lideranças (formais e informais), formadores de opinião, representantes de segmentos locais (mulheres, jovens, etc) e instituições civis e religiosas atuantes na área do Programa;▪ Envolvimento de lideranças informais e moradores mais respeitados na comunidade, através da eleição de representantes de rua e formação de grupos específicos de interesse como jovens, artesãos, idosos, comerciantes, entre outros;▪ Contratação de mobilizadores sociais moradores da área ou entorno da intervenção, conhecedores da realidade local.
2) Não adesão de moradores ao Programa, principalmente dos mais antigos, instalados em áreas de risco, sujeitas a remanejamento ou realocação.	<ul style="list-style-type: none">▪ Intensificação de reuniões com os beneficiários específicos, para discussão dos projetos, assim como alternativas a serem avaliadas;▪ Aprofundamento das discussões com os grupos locais e comissões formadas para



	<p>uma abordagem do tema na perspectiva do bem coletivo e da solução negociada para todos os casos;</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Programação de visitas domiciliares às famílias relacionadas para remanejamento / realocação, para maior interação e conhecimento de sua realidade.
--	---

9.3. RISCOS À INTEGRIDADE DOS BENEFÍCIOS

Riscos Previstos	Medidas Necessárias
1) Expansão da área de intervenção com novas ocupações irregulares, em função de possível especulação imobiliária em consequência da urbanização e valorização da área.	<ul style="list-style-type: none">• Adoção de mecanismos legais dificultadores dessa especulação e expansão, quando da regularização fundiária;• Sensibilização dos moradores quanto ao significado das conquistas atingidas com as melhorias urbanas e pessoais implementadas;• Intensificação de fiscalização em áreas com projetos em execução;• Manutenção de cadastro informatizado e atualizado das famílias beneficiadas e com interface com outros Programas;• Implantação de banco de dados informatizado e compartilhado dentre as secretarias envolvidas, para monitoramento e gerenciamento de projetos integrados;



	<ul style="list-style-type: none">• Ocupação de áreas com equipamentos e/ou atividades comunitárias de lazer que possam ser apropriadas pela população beneficiária, de forma que a própria comunidade passe a defender esses espaços;• Criação de núcleos comunitários de vigilância urbana e ambiental compostos pelos próprios moradores.
2) Situação de risco psico-social, drogas, exploração sexual de crianças e adolescentes e marginalidade presentes na área de intervenção e vizinhança.	<ul style="list-style-type: none">• Ações de orientação, preparação e capacitação específica da Equipe Social, professores, profissionais e lideranças locais para o aprendizado de como lidar com a questão;• Constituição de grupos de pais e interessados, para discussão da problemática e encaminhamentos de alternativas de combate e prevenção;• Implantação de núcleos ocupacionais voltados para atividades artísticas culturais e desportivas, principalmente para o segmento infanto-juvenil;• Articulação de parcerias institucionais específicas e com atuação nessas questões, para o incremento de atividades sócio-educativas e possíveis encaminhamentos de casos a instituições competentes para o tratamento adequado dessas questões.

